



RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº 0774/2025

“Dispõe sobre a garantia de acompanhamento por ambos os pais ou responsáveis legais a pacientes menores de idade durante consultas nas unidades de saúde das redes pública e privada no Estado de Santa Catarina.”

Autora: Deputada Paulinha

Relator: Deputado Sargento Lima

I – RELATÓRIO

Trata-se de Relatório e Voto ao Projeto de Lei nº 0774/2025, de autoria da Deputada Paulinha, que prevê o direito de pacientes menores a serem acompanhados por ambos os pais ou por seus responsáveis legais durante consultas e atendimentos realizados em hospitais, clínicas e unidades de saúde das redes pública e privada.

A proposição foi lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 28 de outubro de 2025, admitida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, posteriormente, encaminhada a esta Comissão de Finanças e Tributação (CFT), na qual fui designado Relator.

É o relatório.

II – VOTO

Compete a esta Comissão de Finanças e Tributação a análise da proposição em tela sob os aspectos financeiros e orçamentários, conforme previsão dos arts. 73, II, e 144, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.



No caso em exame, verifico que, em 15 de abril de 2026, foi aprovado por este Parlamento o Projeto de Lei nº 0420/2024, que “Assegura o direito ao acompanhamento de pacientes crianças e adolescentes, por ambos os genitores ou responsáveis, durante consultas e atendimentos médicos nos hospitais e nas unidades de saúde das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina”, cujo objetivo é idêntico ao da proposição em análise.

Dessa forma, entendo prejudicado o Projeto de Lei em apreço, com fundamento no art. 235, I, do Regimento Interno.

Ante o exposto, com base nos regimentais arts. 73, II, 144, II, e 235, I¹, voto, no âmbito desta Comissão de Finanças e Tributação, pela **PREJUDICIALIDADE** do **Projeto de Lei nº 0774/2025**, e conseqüentemente, pelo seu arquivamento.

Sala das Comissões,

Deputado Sargento Lima
Relator

¹Art. 235. São consideradas prejudicadas:

I – a discussão ou votação de qualquer proposição idêntica a outra que tenha sido aprovada ou rejeitada na mesma Sessão Legislativa ou transformada em norma legal;

[...]